



Eixo 1 - Estado, capital e políticas públicas no campo.

**AS CONTRADIÇÕES DO MODO CAPITALISTA NO CAMPO E A ATUAÇÃO
DO ESTADO POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO
PRONAF**

Eliana Vieira dos Santos
Geógrafa/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade
elivs.09@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo busca compreender o processo de inserção do capital financeiro no campo, mediado pelo Estado por meio das políticas públicas. Ademais se realizou uma análise dos efeitos da reestruturação produtiva e suas implicações na vida camponesa, em que são obrigados a subjugarem suas forças de trabalho ao capital como forma de sobrevivência e permanência enquanto classe. Ainda analisou-se o papel e intervenção do Estado no meio rural, buscando assim compreender as contradições presentes no discurso do desenvolvimento apregoado para este espaço, que com o objetivo de inserir o camponês na lógica capitalista, incentiva a produção voltada para o mercado e em contrapartida, proporciona a inserção do capital financeiro no campo, por meio dos créditos financeiros via políticas públicas.

Palavras-chave: Política Pública, Camponês, PRONAF, Estado, Capital Financeiro.

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), difunde-se a perspectiva desenvolvimentista com o discurso da superação do “atraso” das sociedades “subdesenvolvidas”, que se baseava no crescimento econômico desenfreado. No campo, nesse momento, buscou-se o aumento da produtividade, com a inserção de tecnologias de produção. No primeiro momento esse ideário estava direcionado para os grandes produtores, mas, com o tempo, ações direcionadas também para os pequenos produtores que apresentavam escassos recursos produtivos passaram a serem desenvolvidas, por meio das chamadas políticas públicas. O 'desenvolvimento' rural assumido por essas políticas vem com o intuito de transformar o espaço rural, de modo a 'igualar' as formas de produções desenvolvidas nessa área. Imerso nesse universo, o presente artigo objetiva levantar alguns pontos de discussão sobre as políticas públicas implantadas no meio rural, com enfoque para o PRONAF, que se apresenta como meio para o alcance do desenvolvimento do e para o capital.

A INSERÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NO CAMPO ATRAVÉS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VIA BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial (BM), inicialmente chamado Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) teve origem em Brenton Word, em 1944, com o objetivo de “reconstruir” os países destruídos pela Segunda Guerra Mundial, em especial a economia da Europa e do Japão, devastados pela guerra. Nesse momento, os Estados Unidos se encontravam como país hegemônico no cenário mundial e necessitava expandir o capital financeiro, que “surge quando há uma integração entre o capital bancário e o industrial com a dominância dos banqueiros sobre os industriais” (GONÇALVES, 2006, *apud* HILFERDING, p. 01).

Inicialmente o público alvo do Banco Mundial eram os países desenvolvidos, vez que estes apresentavam possibilidades de reprodução dos investimentos aí aplicados, mas com a recuperação desses países e com o início da crise do capitalismo em 1970, em que o capital financeiro assume a supremacia sobre a mundialização do capital, essa instituição torna-se um organismo de 'ajuda' para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, por meio de financiamento de projetos de desenvolvimento nos países pobres. A exemplo desses projetos financiados via BM no Brasil temos o PRONAF.

O Banco Mundial iniciou sua atuação no Brasil como agência financiadora de projetos de infraestrutura econômica e a partir de 1960 passa também a financiar o setor social com o intuito de estruturar os estados membros rumo à globalização. Por meio dessas estratégias os países hegemônicos passam a expandir seus capitais financeiros pelo mundo, reforçando assim os seus poderes globalmente.

Com a disseminação do capital financeiro seus detentores buscaram diferentes formas de reproduzi-lo, diante disso criaram mecanismos que lhes assegurassem essa internacionalização do capital.

De acordo com Chesnais (1996) a desregulamentação financeira, o desenvolvimento da globalização financeira e o papel das novas tecnologias foram responsáveis por acelerarem as mudanças na internacionalização do capital.

Segundo o autor para compreendermos as relações entre o intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário, ou capital financeiro “devem ser buscadas ao nível de três formas ou ciclos da movimentação do capital, definidos por Marx: o capital mercantil; o do capital produtor

de valor e de mais-valia; o do capital monetário ou capital-dinheiro” (CHESNAIS, 1996, p.51).

Para o autor o setor produtivo desempenha um papel fundamental na esfera financeira, vez que é nesse setor que nascem os capitais que se valorizam nessa esfera. Para Chesnais (1996) os capitais:

(...) começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumido, parcela dos lucros cedida ao capital de empréstimo, sob forma de juros); salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenções por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos “créditos ao consumidor”. (...) A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificações. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro de um circuito fechado do sistema financeiro, outro perde (CHESNAIS, 1996, p. 241).

No campo, o capital financeiro foi inserido com o discurso do desenvolvimento rural, dessa forma eles buscavam demonstrar que o campo deveria acompanhar a modernização das cidades, deixar de lado o “atraso”. Diante desse discurso o camponês, “iludido” com o milagre do empréstimo endivida-se, buscando aumentar a sua produção e no final em vez de multiplicá-la, perde até mesmo o pouco que tem, destinando assim para pagar os juros adquiridos com o empréstimo, e para liquidar sua dívida com o credor passam a trabalhar muito mais e produzir não mais o que necessita, e sim o que o mercado capitalista deseja, pois só assim poderá comercializar com maior rapidez, embora com menor valorização. Dessa forma “o milagre da multiplicação dos pães não passa de uma miragem” (CHESNAIS, 1996, p. 241) para essa classe que vive em constante luta pela sobrevivência.

Foi com o discurso desenvolvimentista que o Banco Mundial buscou incluir o setor social, como estratégia política. As iniciativas assistencialistas e financeiras deram ao primeiro mundo o poder de definir o tipo de desenvolvimento que os países “beneficiados” deveriam seguir. Os países pobres perderam a autonomia, uma vez que seus projetos passaram a serem definidos pelo Banco Mundial, “sob o pretexto de ajuda econômica e de promoção do desenvolvimento social” e “dessa maneira, acaba por exercer forte impacto na dívida externa, sendo o mais significativo, a perda de autonomia e execução da política macroeconômica” (LISBOA, 2007, p.196).

Com isso a definição das estratégias de investimento e financiamento é realizada pelo sistema financeiro internacional, que são: o Estado, a iniciativa privada, os bancos e as instituições financeiras internacionais.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA CAMPONESA

Assim como os demais setores, o rural também sofreu transformações significativas com o processo de reestruturação produtiva, de modo que toda sua estrutura passou por mutações, principalmente no que diz respeito às formas de trabalho desenvolvidas nessa área.

A reestruturação produtiva do campo trouxe consigo a precarização nas relações de trabalho, pois “as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão também afetaram fortemente o mundo do trabalho nos serviços, que cada vez mais se submetem à racionalidade do capital e à lógica dos mercados” (ANTUNES, 2004, p. 338). No campo parte do efetivo dos trabalhadores foram descartados e substituídos por máquinas, gerando dessa forma o desemprego estrutural, sendo o camponês um dos sujeitos mais atingidos nesse processo, pois “Esses são desprovidos dos direitos trabalhistas, e vivem em condições crescentes de alienação do seu trabalho” (DINIZ, 2009, p.156). No campo essa “precarização se expressa na presença do empreiteiro que garante a flexibilização das condições de trabalho” (DINIZ, 2009, p.194). Desse modo:

As investigações direcionadas para apreendermos os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital no campo, têm nos indicado o conteúdo das ações do capital e do Estado, e os desdobramentos para o trabalho e para a classe trabalhadora: intensificações da mecanização, políticas de desenvolvimento rural em detrimento de Reforma Agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e de pagamento (THOMAZ JUNIOR, 2004, p. 16).

Diante dessa análise são evidenciadas as implicações do processo de reestruturação produtiva na vida dos camponeses, onde esses são obrigados a subjugarem suas forças de trabalho ao capital como forma de sobrevivência e permanência enquanto classe.

Frente às inúmeras transformações de ordem tecnológica, o capital impõe e renova a existência de novos sentidos no campo com novas formas de gestão da produção. (...) O trabalhador passa a controlar o

processo de trabalho de forma parcial, ele tem que aderir ao uso de tecnologias e aprender técnicas de manuseio das mesmas para produzir para o mercado (OLIVEIRA, 2007, p.133).

A reestruturação produtiva provocou inúmeras transformações no campo, tanto na esfera do trabalho, como no âmbito da produção preexistente nessa área. Os avanços na produção mais tecnicizada apresentou-se como um processo seletivo, pois a classe camponesa não alcançou tais avanços na mesma proporção que os médios e grandes proprietários rurais, o que provocou a queda na produtividade e qualidade dos produtos dessa classe, vez que devido aos grandes investimentos tecnológicos por parte das grandes propriedades, essas passaram a produzir alimentos, aos olhos do mercado capitalista, mais qualificados, tornando assim a produção camponesa desvalorizada. Nesse sentido o camponês impulsionado pela pressão do mercado e viabilizado muitas vezes pelo Estado passou a produzir o que o mercado ditava.

Embora o mercado capitalista valorize a produção mais tecnicizada, o capital necessita da produção camponesa, pois, é por meio dessa que esse extrai seus lucros sem maiores gastos, por meio da metamorfose da renda da terra.

(...) Isso ocorre porque os camponeses conseguem produzir mercadorias abaixo da taxa média de lucro. Assim, a produção camponesa está organizada de forma a transferir mais renda ao capital do que as relações tipicamente capitalistas (FABRINI, 2004, p.12/13).

Nesse sentido o camponês faz-se importante na relação capitalista de produção, onde seus produtos são vendidos às indústrias ou até mesmo a atravessadores a custos inferiores à sua produção, situação em que o camponês fica a mercê dessa relação. O capital como forma de monopolizar a produção no campo cria artifícios para sujeitar a produção camponesa à sua lógica, de modo que o camponês sem maiores possibilidades de realizar sua produção subjugada ao capital.

(...) o processo de modernização da agricultura privilegiou o crescimento econômico, em detrimento de mudanças significativas para a maioria da população rural, que poderia redundar num projeto efetivo de desenvolvimento. Veio permeado de contradições e se efetiva na manutenção das grandes propriedades latifundiárias, que impediu o acesso à terra a centenas de camponeses. O viés privilegiado foi o do aumento da produção e da produtividade, que permitisse repercutir num efetivo crescimento econômico – que favoreceu os grandes latifundiários, bem como os empresários capitalistas donos das indústrias produtoras de insumos e maquinarias (SOUZA 2008, p. 258/259).

Assim se apresenta a reestruturação produtiva do campo, que busca, de todo modo, a inserção em massa das classes aí existentes, na nova lógica do capital, como forma de aumentar a produtividade sem aumentar os gastos com a produção. Nesse momento o Estado passa a ter um papel fundamental através das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural.

O DISCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO SAÍDA PARA O DESENVOLVIMENTO

O campo passa a sofrer mudanças substanciais nas relações de produção e nas formas de organização existentes até então. O papel do Estado é fundamental, na difusão de uma ideologia de “desenvolvimento” no campo, que considera as grandes propriedades aquelas preparadas para assumir a “dinâmica” imposta à agricultura brasileira, o que, por outro lado, recai, negativamente, sobre as formas de organização tipicamente camponesas, que por não ter as mesmas condições de modernizar-se ou tenderiam a desaparecer ou se subordinariam as grandes empresas-industriais do meio rural (SOUZA, 2008, p.252).

Com o discurso de incluir os camponeses que até então se encontravam desvinculados desse “Novo Rural” modernizado e tecnificado, as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado vieram induzir mudanças desejadas pelos governos e o capital na agricultura, tendo aí uma respectiva convergência nos interesses dos agricultores mais capitalizados e do Estado, através da disposição de instrumentos que estimulassem a produção, para assim aumentar a exportação como forma de manter “equilibrada” a balança comercial.

A intervenção do Estado no meio rural dá-se por meio do planejamento e do desenvolvimento de políticas públicas que visam à transformação do espaço agrário.

Sob o modo de produção capitalista o Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital. Essa atuação pode, em determinadas circunstâncias, ser executada de modo velado ou deliberado. Isso evidencia que, embora o estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para a perpetuação de sua hegemonia social assumir uma faceta onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional (CONCEIÇÃO, 2009, p. 5).

Nessa perspectiva que as políticas públicas apresentam-se, como forma de erradicar a pobreza no campo, “com a insígnia do desenvolvimento o Estado tornou-se

primaz colaborador/indutor da acumulação capitalista, pois difundiu com eficácia a possibilidade de elevarem-se as condições sociais através do crescimento econômico” (CONCEIÇÃO, 2009, p.5). Desse modo buscou introduzir esse pensamento na classe camponesa, como sendo a via econômica (o aumento da produtividade nos moldes do mercado) a única saída para a superação das dificuldades no campo. Contudo, por trás desse discurso há interesses obscuros na sujeição da produção camponesa ao capital, para assim subjugar a produção no campo e promover a reprodução do capital. Dessa forma, o Estado age em conformidade com o capital, camuflando os interesses deste por meio da propagação do desenvolvimento como forma de alcançar as melhorias desejadas no campo.

Assim o capital personalizado pela ação do Estado, se apropria do desenvolvimento, enquanto pressuposto para a elevação de um estado reconhecido como inferior ou não satisfatório, rumo à situação desejada, cuja lógica desse raciocínio, contém a crença numa superação de ordem linear (CONCEIÇÃO, 2009, p. 5).

Tomando como pressuposto as dificuldades enfrentadas pelos camponeses na produção familiar, o Estado por meio das políticas públicas passa a financiar a modernização da produção como meio dessa superação, com esse intuito induz essa classe a suplantando a produção, de modo que abasteça o mercado com a predileção do capital.

Com a introdução das novas tecnologias no meio produtivo, esse se modernizou e passou a estabelecer certo distanciamento com os modos de produção considerados pelo capital como “arcaico”. Nesse sentido o capital busca introduzir uma reestruturação no meio rural, de modo a transformar “seus setores produtivos, sua organização social e até sua cultura” (GÓMEZ, 2006, p.29), para que possa equiparar-se aos espaços “desenvolvidos”. É ante esse pensamento que as grandes empresas capitalistas vêm pregando o conceito de desenvolvimento, com o discurso que todos têm direito ao mesmo, apoiados na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Nessa declaração, pode-se observar o interesse que há por trás do discurso do desenvolvimento apresentado por ela, principalmente se analisarmos esse desenvolvimento propagado para o meio rural. Não há uma preocupação real com aqueles que necessitam e que ao longo dos tempos foram expropriados historicamente dos meios de produção. Como exemplo a classe camponesa que vem sendo relegada do direito à terra e os demais meios de produção e o Estado que deveria dá suporte a essa

classe, optou em favor das classes dominantes (proprietários fundiários e empresas capitalistas) que atuam no campo. Contudo, diante das novas necessidades de expansão do capital, o Estado vem nos últimos tempos com o discurso do desenvolvimento para viabilizar os interesses do capital de se estabelecer no campo e se reproduzir, procurando inserir a produção camponesa nessa lógica. O campo passa a ser visto como um lugar de oportunidade para o capital aumentar seu lucro.

O meio rural é “reabilitado” como lugar dinâmico, susceptível de promover um desenvolvimento de características particulares, porém com possibilidades de integrar-se plenamente, na dinâmica produtiva da sociedade (GÓMEZ, 2006, p.31).

É com esse intuito que o Banco Mundial vem destinando recursos, apoiando e financiando os países na criação de políticas públicas de desenvolvimento para o meio rural. E é por meio dessas políticas que o camponês passa a ser inserido no projeto do Estado, como uma classe que também precisa se “desenvolver” e constituir parte do “Novo Rural”, inserindo-se na dinâmica mercantil.

A partir de um modelo de grande, média ou pequena propriedade, o campo, nessa visão otimista, se caracterizaria por priorizar a exportação de seus produtos, incorporar os produtores a formas de gestão empresariais, diversificar a produção e os serviços prestados pelas unidades produtivas, enfim, integrar-se de forma profunda, e independentemente do tamanho da propriedade e do volume de produção, ao mercado, ao agronegócio (GÓMEZ, 2006, p.31).

As transformações propostas pelo capital para o campo ocorrem, segundo sua visão, no sentido de anular o atraso rural, na perspectiva de introduzir técnicas modernas de produção e proporcionar uma vida mais compatível com o nível exigido pelo mercado. Mas, na verdade, o que classifica um lugar como atrasado ou desenvolvido/moderno? De acordo com Oliveira (2007, p. 79):

A base do argumento do campo como condição de atrasado estava compreendida na leitura da estrutura fundiária brasileira como arcaica, isto é, pautado no latifúndio e no monopólio da terra (com relações de produção antigas, resíduos “feudais”, centrado na parceria, meação, trabalho camponês) não corresponderiam à demanda urbano-industrial de alimentos. Além disso, a estrutura “arcaica” ajudaria a conter a força de trabalho no campo além de não tornar viável o desenvolvimento de indústrias voltadas para a produção de máquinas/equipamentos agrícolas, insumos e defensivos característicos de uma agricultura moderna.

Por meio da ação do Estado, em conformidade com o capital, vem sendo criados instrumentos como forma de modernizar esse espaço e disseminar o modelo produtivo vigente nos espaços considerados “desenvolvidos”, a princípio esse processo atingiu exclusivamente os grandes produtores que se beneficiaram com os incentivos do Estado. “Apesar do processo de modernização fundamentar-se no discurso da eliminação da fome e da pobreza, este foi extremamente seletivo e excludente, manifestando as contradições da acumulação de capital no campo” (OLIVEIRA, 2007, p.84). Contudo, o capital, embora estabeleça relações mais capitalizadas, passa a enxergar no camponês a possibilidade de reprodução, desse modo apoiado nas políticas públicas de crédito rural busca converter o produtor em pequeno empresário, que possa produzir mais e se agregar à lógica de mercado. Pregando a solução dos problemas no campo, de modo a possibilitar o fim dos problemas enfrentados pelos camponeses, como: a pobreza, a falta de terras, dentre outros. Mas, na verdade, esse é mais um discurso para sujeitar esse produtor direto ao capital.

As políticas públicas de desenvolvimento são mais uma forma do capital apropriar-se do trabalho das famílias camponesas, que na realidade não se beneficiam com esse “desenvolvimento”. E diante da incapacidade camponesa de atender as demandas produtivas do capital, o Estado entra em cena com o discurso do fortalecimento da produção camponesa, possibilitando por meio dos empréstimos essa capacitação. Procura difundir as produções que interessam ao mercado e como possibilidade apropriar dos resultados do trabalho camponês, no processo de extração da renda da terra.

É com essa finalidade que surge o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que busca inserir o camponês no chamado “desenvolvimento” da agricultura, em que esse produtor é obrigado a sujeitar sua produção aos interesses do capital.

O Estado, com a promoção de políticas públicas, sustenta-se no discurso de proporcionar melhoria nas condições de vida da sociedade sem recursos, no entanto vem desempenhando outro papel, pois sendo este produto das contradições da sociedade composta por classes antagônicas, cumpre a função de representante da classe dominante, atendendo seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados proporcionados pela pesquisa que repercutiu no referido artigo constatou que embora o PRONAF aponte objetivar o atendimento aos agricultores mais precarizados, de forma que estes se fortaleçam e adquiram um aumento na produção e renda, o que se observou foi uma realidade avessa a propagada pelo programa, pois o que se verificou, em contato com agricultores do município de Planalto/BA – o que acredita-se expressa uma singularidade que se reproduz em outras comunidades rurais do país, foi que os mesmos enfrentam dificuldades para o acesso ao financiamento e muitas vezes quando esse é efetivado, não alcançam uma produção satisfatória que o possibilite quitar a dívida com o banco.

Percebeu-se ainda que a última coisa a ser considerada são as fragilidades do camponês, o único interesse do governo é mostrar que vem realizando ações no meio rural como forma de promoção de desenvolvimento e com isso não cumpre as ações que deveriam ser de sua responsabilidade.

A implantação de políticas de crédito no meio rural, sob a ótica governamental, faz parte do tipo de política pública vinculada à expansão do capital legitimada pelo Estado, ou seja, uma tentativa de proporcionar a estabilização do capital no campo, por meio do endividamento dos camponeses e/ou controle da produção.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. ALVES; Giovanni. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 351 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**; tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista Okara**. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, p. 77-100, 2007.

FABRINI, João Edmilson. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. **Geografia** – Volume 13 – Número 2 – Jul/Dez. 2004.

GOMÉZ, Jorge Ramon Montenegro. **Desenvolvimento em desconstrução: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. **Revista Teoria e Debate** nº41 - Capital financeiro e poder econômico / Fundação Perseu Abramo. 2006. Disponível em http://www.fpabramo.org.br/td/td41/td41_economia.htm.

LISBOA, Josefa Santos. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança**. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2007.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2007.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2009.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo Território no Sudoeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão/SE, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. In: **Revista Pegada Eletrônica**, Vol. 5, n 1 e 2, , novembro 2004.